

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2011

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e relatório dos auditores independentes, acompanhadas das respectivas notas explicativas. Os principais destaques relacionados com as operações da Companhia estão evidenciados nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Rio de Janeiro, 25 de abril de 2012.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	2011		Passivo e patrimônio líquido	Nota	2011	
		2011	2010			2011	2010
			Reapresentação				Reapresentação
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	5	18.317	46.531	Forneceadores		135.020	216.324
Contas a receber de clientes	6	161.068	303.106	Financiamentos	12	2.818	2.553
Estoques	7	152.817	177.207	Salários e encargos sociais		11.965	16.548
Tributos a recuperar	9	78.660	55.483	Tributos a recolher	14	59.396	20.086
Despesas pagas antecipadamente		8.403	1.250	Dividendos propostos		8.330	8.330
Demais contas a receber		22.720	13.117	Demais contas a pagar		18.579	24.550
		441.985	596.694			236.108	288.391
Não circulante							
Tributos a recuperar	9	95.646	123.161	Financiamentos	12	201.364	184.865
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.2	250.863	227.257	Tributos a recolher	14	4	47.548
Depósitos judiciais		1.295	2.163	Partes relacionadas	8		81.941
Partes relacionadas	8	97.136		Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.2	35.568	2.214
Indenizações securitárias		6.297		Provisões diversas	16	1.541	1.434
Imobilizado	10	1.973.908	1.964.202	Adiantamento para futuro aumento de capital	8	738.799	738.799
Intangível	11	114.007	118.898	Demais contas a pagar		178	136
		2.539.152	2.435.681			977.454	1.056.937
Total do ativo		2.981.137	3.032.375	Patrimônio líquido			
				Capital social	19.1	2.053.915	2.039.806
				Prejuízos acumulados		(286.340)	(352.759)
						1.767.575	1.687.047
				Total do passivo e patrimônio líquido		2.981.137	3.032.375

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de reais, exceto o resultado por ação)

	Nota	2011	2010
Receita líquida de vendas	21	1.508.617	1.388.070
Custo dos produtos vendidos		(1.274.885)	(1.090.542)
Lucro bruto		233.732	297.528
Receitas (despesas)			
Com vendas		(84.073)	(81.944)
Gerais e administrativas		(50.377)	(55.953)
Outras despesas operacionais, líquidas	22	(4.392)	(52.896)
Lucro operacional		94.890	106.735
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	23	(28.890)	(148.500)
Receitas financeiras		10.167	(1.730)
		(18.723)	(150.236)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social			
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	15.1	(9.748)	(1.728)
		(9.748)	(1.728)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício			
Média ponderada de ações no exercício (em milhares)		1.271.898	1.271.898
Resultado básico e diluído por ação - ON		0,0522	(0,0356)
Resultado básico e diluído por ação - PN		0,0522	(0,0356)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

	2011	2010
Receita líquida de vendas	1.508.617	1.388.070
Custo dos produtos vendidos	(1.274.885)	(1.090.542)
Lucro bruto	233.732	297.528
Receitas (despesas)	(84.073)	(81.944)
Gerais e administrativas	(50.377)	(55.953)
Outras despesas operacionais, líquidas	(4.392)	(52.896)
Lucro operacional	94.890	106.735
Resultado financeiro	(28.890)	(148.500)
Despesas financeiras	10.167	(1.730)
Receitas financeiras	(18.723)	(150.236)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	76.167	(43.501)
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	(9.748)	(1.728)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(9.748)	(1.728)
Média ponderada de ações no exercício (em milhares)	1.271.898	1.271.898
Resultado básico e diluído por ação - ON	0,0522	(0,0356)
Resultado básico e diluído por ação - PN	0,0522	(0,0356)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de reais)

	2011	2010
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	76.167	(43.501)
Ajustes para reconciliação do lucro líquido/prejuízo		
Depreciação e amortização	133.964	122.405
Baixas de ativo imobilizado	33	19.510
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	17.290	89.545
	227.454	187.959
Variação do capital circulante operacional		
Contas a receber de clientes	142.037	(206.939)
Estoques	30.019	(53.683)
Tributos a recuperar	3.269	50.284
Despesas antecipadas	(7.152)	4.185
Partes relacionadas		
Demais contas a receber	(15.032)	(13.356)
Forneceadores	(90.693)	131.278
Tributos a recolher	(7.850)	1.258
Adiantamentos de clientes	626	55.550
Provisões diversas	(423)	(12.086)
Demais contas a pagar	(1.220)	(88.334)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

	2011	2010
Caixa gerado pelas operações	281.035	56.116
Juros pagos	(11.787)	(105.423)
Geração (aplicação) de caixa pelas atividades operacionais	269.248	(49.307)
Adições ao imobilizado	(144.440)	(48.890)
Adições ao intangível		(225)
Aplicações financeiras mantidas até o vencimento		64.558
Geração (aplicação) de caixa em investimentos	(144.440)	15.443
Divida de curto e longo prazo		
Captações	41.828	96.995
Pagamentos	(28.661)	(1.408.800)
Partes relacionadas		
Captações	645.963	127.939
Pagamentos	(812.152)	(48.061)
Aumento de capital		570.000
Adiantamento para futuro aumento de capital		738.799
Geração (aplicação) de caixa em financiamentos	(153.022)	76.872
Geração (aplicação) de caixa e equivalentes	(28.214)	43.008
Representado por		
Caixa e equivalentes no início do exercício	46.531	3.523
Caixa e equivalentes no final do exercício	18.317	46.531
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes	(28.214)	43.008

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Valores expressos em milhares de reais)

Nota	Reservas de lucro			Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Para investimentos		
Em 31 de dezembro de 2009	1.469.806	1.754	24.991	(334.275)	1.162.276
Resultado abrangente do exercício:					
Prejuízo do exercício				(45.229)	(45.229)
Contribuições de acionistas:					
Aumento de capital	19.1	570.000	(1.754)	26.745	570.000
Absorção de prejuízos	19.4		(24.991)	(26.745)	
		570.000	(1.754)	26.745	570.000
Em 31 de dezembro de 2010	2.039.806			(352.759)	1.687.047
Resultado abrangente do exercício:					
Lucro líquido do exercício				66.419	66.419
Contribuições de acionistas:					
Aumento de capital	19.1	14.109			14.109
		14.109			14.109
Em 31 de dezembro de 2011	2.053.915			(286.340)	1.767.575

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional
A Rio Polímeros S.A. ("Riopol" ou "Companhia") tem como objeto a produção e comercialização de resinas termoplásticas. Possui uma capacidade de produção de 540 mil toneladas anuais de polietileno ("PE"), a partir de fração do gás natural produzido na Bacia de Campos, localizada no estado do Rio de Janeiro. Adicionalmente, a Companhia produz e comercializa produtos petroquímicos e combustíveis. Sua sede localiza-se na cidade do Rio de Janeiro - RJ e sua unidade industrial no Complexo Gás Químico em Duque de Caxias - RJ. Após eventos societários ocorridos em 2010, a Companhia passou a ser uma controlada direta da Braskem S.A. ("Braskem"), que é controlada pela Odebrecht S.A. ("Odebrecht"). A Braskem detém, em 31 de dezembro de 2011, 100% de participação no seu capital social. **• Eventos societários:** Em 22 de janeiro de 2010, foi anunciada a conclusão das negociações que resultaram na aquisição, pela Braskem, da Quattor Participações S.A. ("Quattor"), atualmente denominada Braskem Qpar S.A. ("Braskem Qpar"), por meio de um Acordo de Investimento celebrado, naquela data, entre a Odebrecht, Petrobras, Braskem e Unipar - União de Indústrias Petroquímicas S.A. ("Unipar"). (i) Em 29 de junho de 2010, a Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da Quattor Participações S.A. - atualmente denominada Braskem Qpar S.A. ("Braskem Qpar") - aprovou a redução do seu capital social com a restituição à Braskem da totalidade dos investimentos que detinha na Riopol. (ii) Em 9 de agosto de 2010, o BNDES Participações S.A. ("BNDESPAR") exerceu sua opção de venda das ações da Riopol e a Braskem adquiriu as 190.784.674 ações ordinárias e as 30 ações preferenciais objeto da opção. Com essa aquisição, que correspondia a 15% do capital total da Riopol, a Braskem passou a deter, de forma direta e indireta, 90% do capital total da Companhia. Ainda por conta da opção de venda exercida pelo BNDESPAR, a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS ("Petrobras") adquiriu 127.189.803 ações do capital da Riopol, sendo 127.189.783 ações ordinárias e 20 ações preferenciais, que representavam 10% do seu capital total. (iii) Em 30 de agosto de 2010, a AGE da Braskem aprovou a incorporação das ações da Riopol, convertendo-a em subsidiária integral da Braskem.

2. Sumário das principais práticas contábeis
As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas, quando requerido, para refletir o valor justo de ativos e passivos e foram apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior grau de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. Nas demonstrações financeiras de 2011, o saldo de 2010 da rubrica "Contas a receber - ligadas" (R\$ 132.569) foi reclassificado para a rubrica "Contas a receber de clientes". Da mesma forma, o saldo da rubrica "Forneceadores - ligadas" (R\$ 159.861) foi reclassificado para rubrica "Forneceadores". A Companhia não está apresentando a demonstração do resultado abrangente por não possuir nenhuma movimentação, além do próprio resultado do exercício, que esteja no alcance desta demonstração. A autorização da diretoria para emissão dessas demonstrações financeiras ocorreu no dia 20 de abril de 2012. **2.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, de alta liquidez e capacidade de resgate inferior a três meses. Esses ativos são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **2.3. Ativos financeiros: 2.3.1. Classificação: Ativos financeiros mantidos para negociação** - são classificados nessa categoria com o objetivo de serem negociados ativa e frequentemente no curto prazo e são mensurados ao valor justo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. **Empréstimos e recebíveis** - são ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis e não cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses contados da data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os saldos de caixa e equivalentes de caixa (Nota 5), contas a receber de clientes (Nota 6), partes relacionadas (Nota 8) e demais contas a receber. **2.3.2. Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, quando a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros mantidos para negociação são, permanentemente, contabilizados pelo valor justo. Os ganhos ou as perdas decorrentes das variações no valor justo de ativos financeiros mantidos para negociação são apropriados no "resultado financeiro" do período em que ocorrem. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Tais ativos são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida do "resultado financeiro". Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham sido recebidos ou transferidos e, neste caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade dos respectivos ativos. Os custos de transação ligados aos ativos financeiros mantidos para negociação são debitados à demonstração do resultado. Para os demais ativos financeiros, os custos de transação, quando materiais, são acrescidos ao respectivo valor justo. **2.3.3. Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há o direito legal de compensar os valores reconhecidos e a intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.3.4. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros:** A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que um ativo financeiro, classificado como empréstimos e recebíveis está deteriorado. Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de perda por *impairment* incluem: a) dificuldade financeira significativa do emissor ou devedor; b) quebra de contrato, tal como o descompromimento ou atraso nos pagamentos de juros ou de capital; ou c) alta probabilidade de que o devedor entre em processo de falência, concordata ou reorganização financeira. As perdas são registradas quando há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e se o evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros que pode ser confiavelmente mensurado. A quantia da perda é determinada pela diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados pela taxa efetiva original do ativo. Essa metodologia não se aplica para o cálculo da provisão para crédito de liquidação duvidosa. A metodologia utilizada pela Companhia especificamente para o reconhecimento de provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*) contempla a somatória de: (i) 100% do montante dos títulos vencidos há mais de 180 dias; (ii) 50% do montante dos títulos vencidos há mais de 90 dias; (iii) 100% do montante dos títulos em cobrança judicial; (iv) 100% do montante dos títulos derivados de uma segunda renegociação com

os clientes; e (v) todos os títulos derivados da primeira renegociação e com prazo de recebimento superior a 24 meses. Os títulos a receber com as empresas ligadas não estão considerados neste cálculo. **2.4. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor futuro e são deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*). O prazo médio de faturamento da Companhia é de aproximadamente 30 dias, razão pela qual o valor dos títulos a receber corresponde ao seu valor justo na data da venda. **2.5 Estoques:** Os estoques são demonstrados pelo custo médio das compras ou de produção ou o valor realizável líquido, dos dois o menor. A Companhia custeia seus estoques pelo método de absorção, utilizando a média móvel ponderada. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios da Companhia menos os tributos incidentes. As provisões para perda no valor recuperável para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando o valor de realização é inferior ao valor de custo. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. **2.6. Ativo imobilizado:** O imobilizado é demonstrado pelo custo líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange o preço de aquisição, os encargos financeiros incorridos em financiamentos durante a fase de construção e todos os demais custos (frete, impostos não recuperáveis, etc.) diretamente relacionados para colocar o ativo em condições de uso. Os bens destinados à manutenção das atividades da Companhia, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados inicialmente pelo valor justo, ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do contrato e são depreciados linearmente pela vida útil remanescente ou pelo prazo do contrato, dos dois o que for menor. Os encargos financeiros são capitalizados sobre o saldo dos projetos em andamento utilizando: (i) a taxa média de captação de todos os financiamentos; e (ii) a parte da variação cambial que corresponder à eventual diferença entre a taxa média dos financiamentos no mercado interno e a taxa referida no item (i), acima. As máquinas, equipamentos e instalações da Companhia requerem inspeções, substituições de componentes e outras manutenções em intervalos regulares. A Companhia realiza paradas programadas em intervalos regulares de dois a seis anos para realizar essas atividades. Os custos diretamente atribuíveis à essas paradas são capitalizados quando: (i) for provável que tais gastos irão gerar benefícios econômicos futuros que fluirão para a Companhia; e (ii) esses gastos possam ser mensurados de forma confiável. Para cada parada programada, os gastos com materiais e serviços de terceiros são agregados aos itens do ativo imobilizado objetos da parada e são totalmente depreciados até o início da seguinte correspondente parada. Os gastos com o consumo de pequenos materiais de manutenção e os correspondentes serviços de terceiros são registrados, quando incorridos, como custo de produção. Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear. As taxas médias de depreciação utilizadas, determinadas com base na vida útil dos bens, estão apresentadas na Nota 3.2. Terrenos possuem vida útil indefinida, razão pela qual não são depreciados. Projetos em andamento não são depreciados. A depreciação se inicia quando os bens estão disponíveis para uso. A Companhia não atribui valor residual aos bens devido à sua imaterialidade. **2.7. Ativo intangível:** Os grupos de contas que compõe o ativo intangível são os seguintes: **2.7.1. Marcas e patentes:** As tecnologias adquiridas de terceiros são registradas pelo custo de aquisição e/ou pelo valor justo e demais custos diretamente atribuíveis, menos a amortização acumulada e a provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. As tecnologias com vida útil definidas são amortizadas pelo método linear com base na vida útil estimada de 30 anos. Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são contabilizados no resultado, quando incorridos. **2.7.2. Softwares:** São registrados pelo custo líquido da amortização acumulada e a provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange o preço de aquisição e/ou os gastos de desenvolvimento interno e todos os demais custos diretamente relacionados para colocar o software em condições de uso. Os softwares com vida útil definida são amortizados pelo método linear com base na sua vida útil estimada (entre 3 a 5 anos) ou pelo prazo do contrato de aquisição. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, quando incorridos. **2.8. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre: (i) o valor justo de um ativo menos seus custos de venda; e (ii) o seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado. O valor em uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros (Nota 3.4). **2.9. Contas a pagar a fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios e são registradas pelo valor faturado. Quando aplicável, são registradas a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. **2.10. Financiamentos:** Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, e em alguns casos, líquido dos custos da transação incorridos na estruturação da operação. Subsequentemente são apresentados acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido. **2.11. Provisões:** Provisões são reconhecidas no balanço quando: (i) a Companhia possui obrigação legal, contratual ou constituída como resultado de um evento passado; (ii) é provável que uma saída de recurso econômico seja requerida para saldar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado em base confiável. As provisões para contingências tributárias, trabalhistas e outras são constituídas com base na expectativa da Administração de perda provável nos respectivos processos em andamento, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos da Companhia (Nota 16). As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa líquida de impostos, a qual reflete as avaliações atuais do mercado. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido no "resultado financeiro". **2.12. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** O imposto de renda ("IR") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSL") registrados no exercício são apurados em bases corrente e diferida. Esses tributos são calculados a partir das diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. As alíquotas aplicáveis do IR e da CSL da Companhia são de 25% e 9%, respectivamente. Seu reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores contabilizados e as projeções são revisados. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia na apuração de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. **2.13. Ativos e passivos contingentes e depósitos judiciais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e depósitos judiciais são efetuados de acordo com o CPC

25 da seguinte forma: (i) ativos contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos, julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos; (ii) passivos contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos, julgar que a probabilidade de perda é provável (Nota 16); (iii) depósitos judiciais - são mantidos no ativo não circulante sem a dedução das correspondentes provisões para contingências ou obrigações legais, a menos que tal depósito seja legalmente compensável contra o passivo e a Companhia pretenda compensar tais valores. **2.14. Reconhecimento da receita de vendas:** As receitas com vendas representam o valor justo do montante recebido ou a receber pela venda de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. As receitas são apresentadas líquidas de impostos, devoluções e bonificações a clientes. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas: (i) quando o montante das vendas puder ser mensurado de forma confiável e a Companhia não mantiver controle sobre os produtos vendidos; (ii) for provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia; e (iii) todos os títulos legais, riscos e benefícios da propriedade dos produtos forem integralmente transferidos para o cliente. A Companhia não realiza vendas com envolvimento gerencial continuado. As vendas da Companhia são, em sua maioria, para clientes industriais e, em menor volume, para varejistas e revendedores. O momento em que o direito legal, assim como os riscos e benefícios, são substancialmente transferidos para o cliente depende dos termos da entrega: (i) para contratos em que a Companhia é responsável pelo frete e seguro, o direito legal, bem como os riscos e benefícios, são transferidos ao cliente no momento em que a mercadoria é entregue no destino combinado contratualmente; (ii) para contratos em que o frete e o seguro são de

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

participações não registradas contabilmente. A norma será aplicável a partir de 1 de janeiro de 2013. Esta norma ainda não foi editada pelo CPC. IFRS 13 - "Mensuração de valor justo", emitido em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS. A norma será aplicável a partir de 1 de janeiro de 2013. Esta norma ainda não foi editada pelo CPC. A Companhia ainda está avaliando o impacto total dessas normas.

3. Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Estimativas e julgamentos críticos são aqueles que requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes. De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas estão incluídas a seguir: **3.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** A Companhia mantém o registro permanente de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as seguintes bases: (i) prejuízos fiscais e bases negativas; (ii) receitas e despesas contábeis temporariamente não tributáveis e indedutíveis, respectivamente; e (iii) receitas e despesas fiscais que serão refletidas contabilmente em períodos posteriores e que não impactarão o cálculo do IR e da CSL. O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia. Essa informação está contida no Plano de Negócios consolidado da sua controladora, que é aprovado anualmente pelo Conselho de Administração da Braskem no final do 2º semestre. Esse Plano é elaborado pela Diretoria e suas principais variáveis como o preço dos produtos fabricados pela Companhia, a variação cambial, a taxa de juros, a taxa de inflação e o início de operação de novas plantas são obtidas de consultores externos especializados. Anualmente a Companhia revisa a projeção de lucros tributáveis. Se essa revisão indicar que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver o tributo diferido, então é feita a baixa correspondente à parcela do ativo que não será recuperada. **3.2. Vida útil de ativos:** A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos de longa duração com base em vida útil dos bens elaborada por peritos independentes e referendada pelos técnicos da Companhia, considerando a experiência desses profissionais na gestão das plantas da Riopol. As vidas úteis estabelecidas pelos peritos independentes são revisadas ao final de cada exercício pelos técnicos da Companhia para verificar a necessidade de alteração das mesmas. Em dezembro de 2011, essa análise concluiu pela manutenção, em 2012, das vidas úteis aplicadas em 2010 e 2011. Os principais fatores que são levados em conta na definição da vida útil dos bens que compõem a planta industrial da Companhia são as informações dos fabricantes das máquinas e equipamentos, o volume de operação da planta, a qualidade da manutenção preventiva e corretiva e as perspectivas de desatualização tecnológica dos bens. A Administração da Companhia também decidiu que: (i) a depreciação deve cobrir o total dos bens tendo em vista que os equipamentos e instalações, quando retirados de operação, são vendidos por valores ímateriais; e (ii) os terrenos não são depreciados porque apresentam vida útil indefinida. As vidas úteis aplicadas aos bens determinaram as seguintes taxas médias de depreciação:

	Percentual (%)	
	2011	2010
Edifícios e benfeitorias	2,50	2,49
Máquinas, equipamentos e instalações	5,62	5,27
Móveis e utensílios	9,95	9,95
Equipamentos de informática	20,27	19,54
Equipamentos de laboratórios	10,00	10,00
Veículos	12,42	12,42
Outros	9,94	9,94

3.3. Provisões e passivos contingentes: A Administração da Riopol, apoiada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica os processos judiciais e administrativos contra a Companhia em termos da probabilidade de perda da seguinte forma: **Perda provável** - são processos onde existe maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia mantém provisão contábil (Nota 16), que é apurada da seguinte forma: (i) processos trabalhistas - o valor provisionado corresponde ao valor reclamado multiplicado pelo percentual histórico da Companhia na liquidação dos processos dessa natureza; (ii) demais processos - o valor provisionado corresponde ao valor da causa. **Perda possível** - são processos onde a possibilidade de perda não é remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Em termos percentuais, a probabilidade de perda se situa entre 25% e 50%. Para esses processos, a Companhia não faz provisão. **Perda remota** - são processos onde o risco de perda é pequeno. Em termos percentuais, essa probabilidade é inferior a 25%. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido. A Administração da Companhia acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra companhia, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, consequentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo a Companhia, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de ter algum desembolso; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, tais como o REFIS implementado no Brasil a nível Federal, em condições favoráveis que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra atualmente provisionado ou inferior ao valor da causa. **3.4. Teste de recuperabilidade dos ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida:** Na data de cada demonstração financeira, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos tangíveis de longa duração e dos intangíveis com vida útil definida não será recuperável. Essa análise leva em conta as seguintes variáveis relevantes para a elaboração do Plano de Negócios, mencionado na Nota 3.1: (i) evolução do Produto Interno Bruto Industrial; (ii) preço dos petroquímicos básicos; (iii) evolução do Produto Interno Bruto do Brasil; (iv) inflação; e (v) taxa de câmbio. A Companhia utiliza cenários projetados por consultores especializados para estimar essas variáveis. Quando é detectada alguma evidência de que o valor desses ativos não será recuperado, a Companhia faz o confronto do valor desses ativos com o respectivo valor em uso. Para esse teste, a Companhia utiliza o fluxo de caixa que é elaborado a partir do Plano de Negócios. Em 2011, não foram identificados indícios de não recuperabilidade de ativos tangíveis e intangíveis, com vida útil definida.

4. Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta a riscos de: (i) crédito das suas contrapartes em equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber; e (ii) liquidez para cumprir suas obrigações de passivos financeiros. **4.1. Risco de mercado: (a) Exposição a riscos cambiais:** A Companhia tem operações comerciais denominadas ou indexadas a moedas estrangeiras. Os insumos e produtos da Companhia têm preços denominados ou fortemente influenciados pelas cotações internacionais de *commodities*, as quais são usualmente denominadas em dólares. Adicionalmente, a Companhia tem utilizado captações de longo prazo em moedas estrangeiras, as quais causam exposição à variação das taxas de câmbio entre o real e a moeda estrangeira, em especial o dólar norteamericano. A Companhia administra sua exposição às taxas de câmbio através da composição entre dívidas em moedas estrangeiras, aplicações em moedas estrangeiras e derivativos. **4.2. Exposição a riscos de crédito:** As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras e contas a receber de clientes, para as quais a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira ou do cliente envolvido. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de grande porte, ponderando as concentrações de acordo com o *rating* e os preços observados diariamente no mercado de *Credit Default Swaps* referenciados às instituições, bem como celebrando contratos de compensação (*netting*), que minimizam o risco de crédito total decorrente das diversas operações financeiras celebradas entre

as partes. Com relação ao risco de crédito de clientes, a Companhia tem como mecanismos de proteção a análise rigorosa para a concessão do crédito e a obtenção de garantias reais e não reais quando julgadas necessárias. A exposição máxima ao risco de crédito dos instrumentos financeiros não derivativos na data de apresentação do relatório é o seu valor contábil deduzido de quaisquer perdas de valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de contas a receber de clientes encontra-se líquido de provisão para crédito de liquidação duvidosa no montante de R\$ 3.928 (2010 - R\$ 4.404).

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2011	2010
Caixa e bancos	7.086	45.574
Aplicações financeiras:		
no Brasil	160	957
no exterior	11.071	11.071
Total	18.317	46.531

As aplicações financeiras correspondem basicamente a fundos de aplicação de curto prazo, os quais apresentam resgate imediato. Essas aplicações foram classificadas como "mantidas para negociação" e estão mensuradas ao valor justo, sendo sua variação reconhecida no resultado.

6. Contas a receber de clientes

	2011	2010
Clientes		
no Brasil	93.607	256.473
no exterior	71.389	51.037
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.928)	(4.404)
Total	161.068	303.106
No ativo circulante	161.068	303.106
Total	161.068	303.106

A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	2011	2010
Títulos vencidos:		
Até 90 dias	51.073	76.503
De 91 a 180 dias	14.998	38.741
A partir de 180 dias	10.267	4.959
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.928)	(4.404)
Total dos títulos vencidos	72.410	115.799
Total a vencer	88.658	187.307
Total da carteira de clientes	161.068	303.106

% dos títulos vencidos sobre total da carteira de clientes 46,27% 39,09%
A movimentação do saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	2011	2010
Saldo da provisão no início do exercício (Provisões) reversões do exercício	(4.404)	(3.690)
15	15	(714)
Baixa de títulos considerados incobráveis	461	
Saldo da provisão no final do exercício	(3.928)	(4.404)

7. Estoques

	2011	2010
Produtos acabados	82.994	101.497
Matérias-primas, insumos de produção e embalagens	42.848	23.912
Materiais de manutenção	19.285	28.532
Importações em andamento e outros	7.690	23.266
Total	152.817	177.207

A rubrica "materiais de manutenção" inclui materiais de uso geral, cuja vida útil após sua aplicação nas máquinas e equipamentos é inferior a um ano. Os demais materiais de manutenção são ativos sobressalentes e peças de reposição com vida útil superior a um ano, classificados no ativo imobilizado, em atendimento ao CPC 27 (Nota 10).

8. Partes relacionadas

A Companhia realiza transações com partes relacionadas durante o curso normal de suas operações e atividades e considera que todas as condições estipuladas nos contratos pactuados atendem aos seus interesses e é objetivo permanente da Administração da Riopol assegurar que tais contratos apresentem termos e condições tão favoráveis à Companhia como os que poderia celebrar com quaisquer outros terceiros.

	2011										2010	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receitas (despesas) financeiras	Vendas (compras)	Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receitas (despesas) financeiras	Vendas (compras)	
	Contas a receber de clientes	Contas correntes	Fornecedores e adiantamentos	AFAC			Contas a receber de clientes	Fornecedores e adiantamentos	AFAC e outros			
Braskem Netherlands B.V. ("Braskem Holanda")	16.218				836	26.577	3.627				3.730	
Braskem Petroquímica Chile Ltda. ("Petroquímica Chile")					(48)		155				253	
Braskem Argentina S.A. ("Braskem Argentina")	11.217				1.067	15.433	4.876				7.485	
Braskem	10.476	97.136	12.977	738.799	(1.020)	89.320	40.885	9.734	820.740 (ii)	(2.063)	123.594 (219)	
Carbocoloro S.A. Indústrias Químicas ("Carbocoloro")							(52)				(19.979)	
Petrobras Distribuidora S.A. ("Petrobras Distribuidora")							15.050	66.605			(340.426)	
Petrobras	15.346		72.436			(764.354)						
Petrobras Comercializadora de Energia Ltda. ("Petrobras Energia")							(51.241)					
Braskem Qpar	6.366		11.633			(55.445)	8.165	81.177			(19.779)	
Braskem Petroquímica	6.307		283			113.924	59.493	2.345		(2.255)	75.567 (36.566)	
Quattor Química S.A. ("Quattor Química") (i)												
Refinaria de Petróleo Rio-grandense S.A. ("RPR")		54				1.631						
Cetrel S.A. ("Cetrel")				112								
IQ Soluções & Química S.A. ("Quantiq")											(15)	
Unipar Comercial e Distribuidora S.A. ("Unipar")											318	
Total	65.984	97.136	97.441	738.799	835	(624.222)	132.569	159.861	820.740	(4.318)	(186.252)	

(i) Em AGE de 1 de setembro de 2010 foi aprovada a incorporação da Quattor para futuro aumento de capital - AFAC": R\$ 738.799, sem correção.

8.1. Pessoal-chave da administração: O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga a esses membros, no exercício de 2011, totalizou R\$ 2.497 (R\$ 5.145 em 2010). **8.2. Compromissos:** A Companhia possui contrato de fornecimento de etano e propano com a Petrobras de 392,5 mil toneladas/ano de etano e 392,5 mil toneladas/ano de propano e de 306,6 GWh/ano de fornecimento de energia elétrica.

9. Tributos a recuperar

	Nota	2011	2010
ICMS	(a)	127.319	158.825
PIS e COFINS		10.697	1.495
IR e CSL	(b)	33.232	17.721
Outros		3.058	603
Total		174.306	178.644
No ativo circulante		78.660	55.483
No ativo não circulante		95.646	123.161
Total		174.306	178.644

10. Imobilizado

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Projetos e paradas em andamento	Outros	Total
Custo	7.922	129.855	2.199.158	60.635	8.635	2.406.205
Depreciação acumulada		(23.005)	(412.434)		(6.564)	(442.003)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	7.922	106.850	1.786.724	60.635	2.071	1.964.202
Aquisições			144.440			144.440
Transferências			46.433		2.241	
Baixas, líquidas de depreciação					(32)	(32)
Depreciação		(3.018)	(131.020)		(664)	(134.702)
Saldo contábil	7.922	103.832	1.702.137	156.369	3.648	1.973.908
Custo	7.922	129.855	2.245.591	156.369	10.876	2.550.613
Depreciação acumulada		(26.023)	(543.454)		(7.228)	(576.705)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	7.922	103.832	1.702.137	156.369	3.648	1.973.908

Os projetos em andamento correspondem, principalmente, às melhorias operacionais para aumento da vida útil-econômica das máquinas e equipamentos e projetos nas áreas de saúde, segurança e meio ambiente.

11. Intangível

	Marcas e patentes	Software e direitos de uso	Total
Custo	88.178	57.781	145.959
Amortização acumulada	(13.716)	(13.345)	(27.061)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	74.462	44.436	118.898
Amortização do exercício	(2.939)	(1.952)	(4.891)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	71.523	42.484	114.007
Taxas médias anuais de amortização	9,34%	13,10%	

12. Financiamento

	Juros fixos	2011	2010
Financiamento em moeda nacional	6,00% a.a.	204.182	187.418
Projetos (FUNDES) (i)		204.182	187.418
Total		204.182	187.418
Passivo circulante		2.818	2.553
Passivo não circulante		201.364	184.865
Total		204.182	187.418

(i) FUNDES - Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social

13. Instrumentos financeiros

A Companhia detinha, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os seguintes instrumentos financeiros não-derivativos, segundo a definição dada pelo CPC 38.

Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	Nota	Saldo contábil		Valor justo	
			2011	2010	2011	2010
Caixa e equivalentes de caixa		5				
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis		7.086	45.574	7.086	45.574
Aplicações financeiras no Brasil	Mantidos para negociação	Nível 2	160	957	160	957
Aplicações financeiras no exterior	Mantidos para negociação	Nível 2	11.071		11.071	
			18.317	46.531	18.317	46.531
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	6	161.068	303.106	161.068	303.106
Partes relacionadas		8				
Ativos	Empréstimos e recebíveis		97.136		97.136	
Fornecedores	Outros passivos financeiros		135.020	216.324	135.020	216.324
Financiamentos		12				
Moeda nacional	Outros passivos financeiros		204.182	187.418	204.182	187.418
			204.182	187.418	204.182	187.418

(a) Valor justo: O valor justo dos ativos e passivos financeiros é estimado como o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação cor-

(a) **ICMS:** Essa rubrica inclui: (i) saldo de ICMS, no montante de R\$ 53.017 (2010 - R\$ 59.133), referente a valores devidos sobre a importação de equipamentos e peças destinados à construção de parque industrial, cujo pagamento encontra-se diferido por um prazo de 6 (seis) anos a contar de seu fato gerador, nos termos do Decreto-Lei nº 25.665/1999, sendo que, a partir do vencimento do referido tributo, a Companhia tem o direito à compensação dos pagamentos de ICMS nas suas operações à razão de 1/48 avos (Nota 13); (ii) créditos de ICMS sobre aquisição de bens do imobilizado, no montante de R\$ 71.107 (2010 - R\$ 98.675), cuja utilização se dá à razão de 1/48 avos. (b) **Imposto de renda e contribuição social:** A Companhia possui saldos de antecipações de imposto de renda e contribuição social do exercício de 2011, no montante de R\$ 18.720 (2010 - R\$ 10.877) e saldos credores de exercícios anteriores.

	2011	2010
2013	16.780	15.405
2014	28.766	26.409
2015	28.766	26.409
2016	28.766	26.409
2017	28.766	26.409
2018	28.766	26.409

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15.2 IR e CSL diferidos

(a) Composição e movimentação do IR e CSL diferidos:

	Em 31 de dezembro de 2010	Impacto no resultado/ (despesa)/ receita	Em 31 de dezembro de 2011
Imposto diferido ativo			
Prejuízos fiscais (IR) e base negativa (CSL)	138.216	26.456	164.672
Provisões temporárias	1.574	13.804	15.378
Baixa do diferido	87.467	(16.654)	70.813
Total do ativo	227.257	23.606	250.863

Imposto diferido passivo

	Em 31 de dezembro de 2010	Impacto no resultado/ (receita)/ despesa	Em 31 de dezembro de 2011
Adequação Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09	2.214	33.354	35.568
Total do passivo	2.214	33.354	35.568

(b) Realização do IR e CSL diferidos:

	2012	2013 e 2014	2015 e 2016	2017 em diante
Imposto diferido ativo				
Prejuízos fiscais (IR) e base negativa (CSL)	8.493	85.176	71.004	
Provisões temporárias	4.127	6.587	4.663	
Baixa do diferido	16.655	33.310	20.848	
Total do ativo	29.275	125.073	96.515	

Imposto diferido passivo

	2012	2013 e 2014	2015 e 2016	2017 em diante
Adequação Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09				35.568
Total do passivo				35.568

16. Provisões

A composição do saldo é a seguinte:

	2011	2010
Reclamações trabalhistas	1.321	1.214
Processos de natureza cível	220	220
Total	1.541	1.434
Passivo não circulante	1.541	1.434
Total	1.541	1.434

16.1. Provisões para riscos, cíveis e trabalhistas: A Companhia é parte envolvida em processos cíveis e trabalhistas e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. A Companhia provisiona os valores dos litígios considerados como perda provável, cujos montantes são estimados e atualizados pela Administração, amparados pela opinião de seus advogados e assessores jurídicos externos.

17. Contingências

A Companhia tem ações de natureza tributária, cível e trabalhista, cujos riscos de perda foram avaliados como possíveis e para as quais não há provisão constituída. Em 31 de dezembro de 2011, os processos de natureza tributária e trabalhista totalizam R\$ 39.132 e R\$ 12.829, respectivamente (2010 - R\$ 90.545 e R\$ 937, respectivamente). A variação nos processos de natureza tributária refere-se, principalmente, a decisão favorável obtida no processo MPF 0719000/02012/08 - 10872.000216/2010-40 junto à Receita Federal, que reduziu o valor questionado para, aproximadamente, R\$ 22.000 (2010 - R\$ 79.825).

18. Plano de pensão

A partir de dezembro de 2010, a Companhia deixou de patrocinar o plano de previdência privada complementar para seus empregados intitulado QUATTOR PREV, constituído sob a forma de contribuição definida e que tem

como gestora a Brasilprev Seguros e Previdência S.A. A partir de janeiro de 2011, a Companhia passou a oferecer o plano de contribuição definida ODEPREV. A ODEPREV, entidade fechada de previdência privada instituída pela Odebrecht S.A. ("Odebrecht"), que proporciona aos seus participantes, integrantes das empresas patrocinadoras, o plano optativo de contribuição definida, no qual é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria onde são acumuladas as contribuições mensais e esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras. Em 31 de dezembro de 2011 o plano ODEPREV está composto por 299 participantes (2010 - 317 participantes no plano QUATTOR PREV). As contribuições realizadas pela Companhia, no exercício de 2011, totalizaram R\$ 566 (2010 - R\$ 1.345) e as dos participantes totalizaram R\$ 1.646 (2010 - R\$ 1.692).

19. Patrimônio líquido

19.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2011, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 2.053.915, representado por 1.271.898.030 ações nominativas, sendo 1.271.897.730 ações ordinárias e 300 ações preferenciais sem valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto e gozam do direito de preferência no reembolso de capital no caso de liquidação. Em 10 de novembro de 2010, a AGE da Riopol aprovou o aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 570.000, pela sua controladora, passando de R\$ 1.469.806 para R\$ 2.039.806, sem emissão de novas ações. Em 29 de julho de 2011, a AGE da Riopol aprovou o aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 14.109, totalmente integralizado pela sua controladora, mediante capitalização de créditos de conta corrente, passando para R\$ 2.053.915, sem emissão de novas ações. **19.2. Reserva legal:** Pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para a reserva legal, até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos. **19.3. Dividendos:** O estatuto social prevê a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma do artigo 202 da Lei das S.A., sendo que para os exercícios sociais de 2011 e de 2010, não houve proposta de distribuição, em virtude dos prejuízos acumulados registrados pela Companhia. **19.4. Absorção de prejuízos:** Em 2010, a Companhia utilizou o saldo das reservas de lucros para absorver parte do saldo de prejuízos acumulados, nos termos da legislação vigente, no montante de R\$ 26.745, dos quais R\$ 1.754 correspondia ao saldo da reserva legal e o restante, R\$ 24.991, correspondia à reserva de lucros retida para investimentos.

20 Resultado por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do resultado do exercício ajustado, atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais pelo número médio ponderado dessas ações em poder dos acionistas. O número médio ponderado dessas ações é calculado a partir do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação no início do período, ajustado pelo número de ações readquiridas ou emitidas durante o período multiplicado por um fator ponderador de tempo. Como não houve emissão ou compra de ações durante o exercício, o número médio ponderado de ações nos dois exercícios é de 1.271.898.030 ações nominativas. Conforme requerido pelo CPC 41, a tabela a seguir demonstra o resultado por ação básico e diluído, bem como a média ponderada de ações.

	2011		2010	
	Básico	Diluído	Básico	Diluído
Lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	66.419	66.419	(45.229)	(45.229)
Resultado do exercício atribuível aos demais acionistas	66.419	66.419	(45.229)	(45.229)
Média ponderada das ações ordinárias e preferenciais	1.271.898	1.271.898	1.271.898	1.271.898
Lucro (prejuízo) por ação em circulação (em R\$)	0,0522	0,0522	(0,0356)	(0,0356)

21. Receita líquida de vendas

	2011	2010
Receita bruta de vendas		
No Brasil	1.634.050	1.558.245
No exterior	241.764	193.044
	1.875.814	1.751.289
Deduções de vendas		
Tributos, devoluções de vendas e outros	(367.197)	(363.219)
	(367.197)	(363.219)
Receita líquida de vendas	1.508.617	1.388.070

22. Outras despesas operacionais, líquidas

Em 31 de dezembro de 2011, esta rubrica inclui resultado negativo com bens de imobilizado e investimentos no montante de R\$ 2.081 (2010 - R\$ 17.090).

23. Resultado financeiro

	2011	2010
Receitas financeiras		
Receitas de juros de aplicações financeiras mantidas para negociação	1.517	24.077
Variações monetárias e cambiais	8.027	(25.942)
Outras	623	135
	10.167	(1.730)
Despesas financeiras		
Despesas com juros	(12.379)	(93.238)
Variações monetárias e cambiais	(4.890)	(2.641)
Despesas bancárias	(64)	(39.213)
Outras	(11.557)	(13.414)
	(28.890)	(148.506)
Total	(18.723)	(150.236)

24. Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar na demonstração do resultado suas despesas por função. Conforme requerido pelo CPC 26, está apresentado, a seguir, o detalhamento das despesas por natureza para o exercício de 2011:

	2011	
Classificadas por natureza:		
Matérias-primas e materiais de uso e consumo		(996.645)
Despesas com pessoal		(60.193)
Serviços de terceiros		(71.594)
Despesas tributárias		(19.416)
Depreciação, amortização e exaustão		(151.035)
Despesas variáveis de vendas		(35.860)
Fretes		(63.229)
Outras despesas		(11.363)
Total		(1.409.335)
Classificadas por função:		
Custo dos produtos vendidos		(1.274.885)
Com vendas		(84.073)
Gerais e administrativas		(50.377)
Total		(1.409.335)

25. Cobertura de seguros

Os ativos da Companhia estão incorporados ao programa de gerenciamento de riscos e seguros de sua controladora Braskem. As apólices "All Risks" da Braskem incluem todos os ativos no Brasil e no exterior. Essas apólices possuem Limites Máximos de Indenização (LMI) estabelecidos com base nos valores para Perda Máxima Possível, considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza da atividade da Companhia e a orientação de seus consultores de seguros.

Classificadas por natureza:

Matérias-primas e materiais de uso e consumo	(996.645)
Despesas com pessoal	(60.193)
Serviços de terceiros	(71.594)
Despesas tributárias	(19.416)
Depreciação, amortização e exaustão	(151.035)
Despesas variáveis de vendas	(35.860)
Fretes	(63.229)
Outras despesas	(11.363)
Total	(1.409.335)

Classificadas por função:

Custo dos produtos vendidos	(1.274.885)
Com vendas	(84.073)
Gerais e administrativas	(50.377)
Total	(1.409.335)

DIRETORIA

Henrique Leopoldo Schulz
Isabel Bernardo Dias de Figueiredo
Manoel Carnaúba Cortez

CONTADOR

Ricardo Cubeiro Rodrigues
CRC 1SP144999/O-1 "S" RJ

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos Administradores e Acionistas **Rio Polímeros S.A.** - Examinamos as demonstrações financeiras da Rio Polímeros S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem

o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas

em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Polímeros S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Salvador, 25 de abril de 2012


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Fábio Cajazeira Mendes
Contador CRC 1SP196825/O-0 "S" RJ